

Jornal do Engenheiro Agrônomo

Impresso
Especial

9912202447-DR/SPM
AEASP

...CORREIOS...

ANO 40, Abril/Maio de 2010, nº 254



Conheça o Vigiagro e o importante trabalho realizado por engenheiros agrônomos na vigilância e fiscalização das fronteiras do país em portos, aeroportos e armazéns

Um pouco de história:

Os primórdios do bem sucedido programa de Triplíce Lavagem dirigido pelo Inpev



Filiada a Confederação das Federações
de Eng. Agrônomos do Brasil (Confaeab)

Presidente Arlei Arnaldo Madeira

aeasp@sti.com.br

1º vice José Antonio Piedade

piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Angelo Petto Neto

petto@widesoft.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho

Figueiredo Natividade

anikka@lexxa.com.br

2º secretário Francisca Ramos de

Queiroz Cifuentes

ninacifuentes@hotmail.com

1º tesoureiro Luis Alberto Bourreau

bourrea@terra.com.br

2º tesoureiro Rene de Paula Posso

reneposso@uol.com.br

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez

Glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho

ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Marcos Roberto Furlan

furlanagro@yahoo.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior

nmatheus@sp.gov.br

Diretor Sebastião Henrique Junqueira de Andrade

aeasp@sti.com.br

Diretor Tulio Teixeira de Oliveira

aenda@aenda.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Aguinaldo Catanocce, Arnaldo André Massariol, Celso Roberto Panzani, Fernando Penteado Cardoso, Francisco José Burlamaqui Faraco, Genésio Abadio de Paula Souza, Henrique Mazotini, José Amauri Dimarzio, José Maria Jorge Sebastião, José Paulo Saes, Luiz Henrique Carvalho, Luiz Mário Machado Salvi, Pedro Shiguero Katayama, Tais Tostes Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

André Luis Sanches, Anthero da Costa Satiago, José Eduardo Abramides Testa

Suplentes: Francisco Frederico Sparenberg Oliveira, João Jacob Hoelz, Celso Luis Rodrigues Vegro



Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros

Agrônomos do Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire Coelho F. Natividade

Ângelo Petto

Sebastião Junqueira

Diretor Responsável

Nelson de Oliveira Matheus

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (mtb 42376)

Colaboradora: Sandra Mastrogiacomio e Rosi Cheque

Secretária: Alessandra Copque

Tiragem: 10.000 exemplares

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação: Sigrilde Gomes

Redação

Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322

Fax (11) 3221-6930

aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Os artigos assinados não refletem
a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

Os últimos dois meses foram movimentados, aqui na AEASP, além dos trabalhos realizados normalmente, nos engajamos com vontade numa campanha para reunir sugestões que ajudem a compor a lista das demandas do agronegócio a serem encaminhadas pela ABAG ao próximo presidente da República. Para tanto, convocamos os nossos sócios a nos encaminhar os pleitos que considerem fundamentais para o setor e estamos atuando para enriquecer esse processo, tão importante para o futuro da agricultura e da pecuária no país.

Na sede da AEASP, recebemos a visita de dos colegas da diretoria da Mutua, representados na pessoa de Miguel Prieto, para a proposição de uma parceria que visa o crescimento de ambas as entidades. Também tivemos o prazer de receber o sócio, ex-prefeito de Lindóia, colega Elcio Fiori de Godoy, de passagem por São Paulo.

Ao fim do mês de abril, estamos nos preparando para participar da Agrishow, onde teremos um estande e aproveitaremos a ocasião para fortalecer o relacionamento com o mercado e com outras entidades do meio agrônomo, além de desenvolver um trabalho de cooptação de novos filiados.

Este mês, você vai encontrar no JEA uma matéria de capa que busca mostrar o valioso trabalho realizado pelos nossos colegas na vigilância das fronteiras do país, impedindo a entrada e saída de produtos agrícolas contaminados.

Também vamos descrever como surgiu o famoso programa de Tríplice Lavagem - que já recolheu mais de 136 mil toneladas de recipientes usados - e do próprio INPEV. O prezado colega Guido José da Costa, ex-presidente desta casa, nos conta como foi o início desse projeto. E o também prezado colega João Cesar Rando, diretor-presidente do INPEV, nos mostra os resultados atuais desse importante programa.

Como de costume, contamos com o brilhantismo de nosso diretor Túlio Teixeira de Oliveira que fala em seu artigo dos defensivos ilegais. A Agrisus, por sua vez, divulga relatório inédito sobre o fósforo no sistema de plantio direto.

Em linhas gerais, a AEASP acompanha atentamente a questão do Código Florestal, dos Índices de Produtividade e outras tantas que mobilizam os produtores, profissionais e pessoas ligadas ao meio agropecuário, sempre com o intuito de contribuir pela melhora do setor.

Espero que aproveitem a leitura.

Um abraço,

Arlei Arnaldo Madeira



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar CEP 01041-000
São Paulo - SP Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930
aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

AEASP e Mutua: uma parceria

Crédito: Luciana Magalhães.



O Presidente da AEASP, Arlei Arnaldo Madeira e o diretor da Mutua em São Paulo, Miguel Prieto

Está em andamento a elaboração de um protocolo de intenções para formalizar a parceria entre AEASP e Mutua com o objetivo de ampliar as filiações de sócios em ambas as entidades.

Em compasso de espera

AEASP apóia postura do relator do projeto de lei que altera o Código Florestal e na Lei de Crimes Ambientais, Aldo Rebelo, deputado federal por São Paulo, que disse que a votação com as mudanças não serão adiadas para 2011. A AEASP, em nome dos profissionais e de toda a cadeia produtiva da agropecuária aguarda pelo relatório que, segundo Rebelo, será apresentado até o fim de abril. A decisão foi tomada nesta semana, após debate com ambientalistas e representantes do governo.

Rebelo é relator da Comissão Especial do Código Florestal, responsável pela análise de 11 propostas que devem mudar a legislação ambiental no País. Para justificar sua decisão, ele alegou que os produtores rurais "não podem esperar" até 2011 por definição sobre o futuro do Código Florestal (diga-se, instituído em 1965).

Agrônomo em terras indígenas

O diretor da AEASP e conselheiro do CREA-SP, Nelson Matheus, na Aldeia Indígena Guarani Tenonde Porã, localizada na Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, extremo sul da capital paulista, orienta os jovens guaranis no trato com espécies arbóreas nativas.

Sob a coordenação e orientação da Agência Ambiental Pickupau (www.pick-upau.org.br), foi instalado um viveiro de mudas nativas da mata atlântica, uma das metas do Projeto Refazenda (www.refazenda.org.br). O colega em destaque é o responsável técnico pelo viveiro.



Agrishow 2010

A AEASP terá um estande maior na Agrishow (de 26 a 30 de abril) deste ano, o presidente Arlei Arnaldo Madeira e o diretor Nelson Matheus estarão presentes nos quatro dias de evento para representar a instituição.

Governo de São Paulo cria a estação experimental de agroenergia em Jaú

O Governo do Estado de São Paulo anunciou a implantação da Estação Experimental de Agroenergia da Universidade de São Paulo em Jaú (município da região noroeste), que servirá de apoio a pesquisas nacionais e internacionais em bioenergia. Na estação serão desenvolvidos trabalhos, aulas e estudos de campo. Trata-se do primeiro espaço voltado para pesquisa, ensino e extensão em bioenergia fora da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP). A unidade contará com o envolvimento e participação de todos os campi da USP: capital, Piracicaba, Lorena, Pirassununga, São Carlos e Ribeirão Preto.

A parte administrativa e as salas de aula da nova unidade de pesquisa serão instaladas numa área da extinta Companhia Jahuense, doada à USP durante a cerimônia de anúncio da criação da estação. O governador José Serra também assinou o decreto que permitirá o uso compartilhado de uma área de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento com a USP, onde serão ministradas as aulas e pesquisas práticas.

Agenda:

6º Encontro Regional da Batata

Data: 13 de Maio de 2010
Local: Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itararé
Estrada Municipal Itararé a Bom Sucesso de Itararé, Km 29,5
Informações: Eduardo Yuji Watanabe
Fone (15) 3532-4471 - Yuji@apta.sp.gov.br

VII SIBANANA - Simpósio Brasileiro sobre Bananicultura

Data: 07 a 11 de Junho de 2010
Local: Ginásio Poliesportivo Prof. Guilherme Bernardes da UNI

SEPE (Antiga Scelisul), na cidade de Registro, situada à Rua Oscar Yoshiaki Magário, 185 – Jardim das Palmeiras.

Informações: Dr. José Roberto Scarpellini
e-mail: jrscarpellini@gmail.com
Telefones: (16) 3637-1091; (16) 3919-5959 e (16) 3637-1849
Dr. Márcio Bidoia
e-mail mbidoia@iac.sp.gov.br

Workshop Internacional sobre a Crise de Sobrevivência dos Produtores Rurais: Serviços de Clima e Tempo

Data: 12 a 14 de julho de 2010
Local: Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Informações: www.funarbe.org.br ou funarbe@funarbe.org.br

II Conferência Nacional sobre Defesa Agropecuária

Objetivo: propiciar um espaço de integração dos agentes que compõem o sistema brasileiro de defesa agropecuária, para discussão de demandas e identificação de soluções

Data: 26/05/2010 à 29/05/2010
Local: Expominas, em Belo Horizonte.
Durante a Superagro 2010/MG
E-mail: inovadefesa@gmail.com
Telefone: (31) 3235 3497

Inscrições: devem ser feitas através do link: <http://inovadefesa.ning.com/page/inscricoes-1>.

Mais informações: <http://inovadefesa.ning.com/page/ii-cnda>

100 00 200

SATISFAÇÃO

CREDIBILIDADE

TRANSPARÊNCIA

SEGURANÇA

SOLIDEZ

CONFIANÇA

CONFIE E SEJA MAIS UM ASSOCIADO



MUTUA-SP

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

0800 770 5558

www.mutua-sp.com.br

A Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada por Lei e que há 30 anos oferece benefícios, serviços e convênios, estando presente em todo Brasil. Podem se associar à Mútua todos os profissionais com registro no Crea. Procure a Mútua AL e conheça todas as vantagens de ser associado.

Defensivos Travestidos

Eng. Agr. Tulio Teixeira de Oliveira – Diretor Executivo da AENDA
www.aenda.org.br / aenda@aenda.org.br

Desde que os processos de registros de Defensivos Agrícolas passaram a transitar em três órgãos federais (da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente) a demora na expedição de um Certificado de Registro só tem aumentado. Os procedimentos e comandos administrativos diferenciados em cada um dos órgãos, as percepções conceituais divergentes, as dificuldades pessoais de entendimento harmonizado, a maior demanda de pedidos e os recursos humanos e materiais insuficientes levaram o sistema brasileiro de registro a uma lastimável condição de ineficácia, ridicularizada mundo afora. Só para Pedidos de Registro temos no momento cerca de 900 pendentes, o que significa 7 anos de espera pelo Certificado, considerando o número de concessões normalmente concedidas por ano. E, sem computar as outras diversas formas de pedidos (pesquisa, inclusão de cultura/praga, etc.). É uma barreira ao aumento da concorrência, seja de produtos genéricos seja de novos produtos.

E pior, nesse cenário surge um tipo especial de empresário periférico no negócio desse insumo. Aquele que mantém o espírito empreendedor ao lado do aventureiro. Quer ser um cidadão cumpridor dos deveres, não optando por contrabando ou falsificação de produtos ou comercialização sem qualquer registro obrigatório, mas que por outro lado se insurge contra a barreira “intransponível” do sistema de registro de agrotóxicos. Seu lado aventureiro se acentua e, então, parte para um caminho pseudo-legal, aproveitando-se de estarmos em um mundo inundado de velozes informações, em que até os vizinhos pouco se reconhecem, enxergam apenas um borrão das figuras passando. Sua consciência culpa o sistema brasileiro de registro de agrotóxico, buscando um perdão íntimo.

E, então, registra o seu produto com funções pesticidas camufladas em outros tipos de insumos com registros menos “complicados” e, principalmente, com burocracia mais ágil na concessão. Assim, temos hoje no mercado produtos agrotóxicos travestidos, disfarçados, mascarados de fertilizantes, de saneantes domissanitários, de produtos para cultura orgânica, de produtos veterinários, de coadjuvante de alimento, entre outros.

Na sua ânsia de vender às vezes comete outras heresias, apondo em rótulos ou folhetos, frases do tipo “não tóxico”, “não residual”, pois travestido como outro insumo, incorpora outros atributos ao lado dos verdadeiros; e, aí emenda destemidamente no mesmo rótulo ou bula: “para uso no aparecimento dos primeiros sintomas das doenças” ou “tem ação por contato inibindo a evolução da doença”, uma aberta confissão do real objetivo para o uso do produto.

Na verdade, é um claro desvio de uso, de uma ilegalidade tão grave quanto o contrabando, a falsificação ou o não-registro. Talvez até com gravidade maior, porque além da concorrência desleal

para com os produtos defensivos legitimamente registrados e para com o registro legal instituído pelo Estado, traz ainda mensagens enganosas ao usuário, ao consumidor, induzindo a um relaxamento para com os cuidados na aplicação na lavoura, expondo o trabalhador rural a sérios riscos de saúde. Também não atenta para as restrições entre a última aplicação e a colheita, potencializando o risco de resíduos além dos permitidos nos alimentos. Não há qualquer aviso sobre preocupações com as coleções de água próximas, para onde o produto aplicado pode derivar e nem qualquer outra advertência preservacionista do meio ambiente. É crime bem tipificado na Justiça, e com agravantes!

Infelizmente, o poder público não dispõe de aparato suficiente para coibir tais desvios de uso na proporção que mereceriam. As fiscalizações rotineiras miram mais as empresas e produtos devidamente registrados, que obviamente devem ter suas operações monitoradas para que todos sintam estar em um jogo sem privilégios e possam desenvolver suas atividades empresariais com tranquilidade a bem da sociedade.

Para colaborar com o governo nessa árdua tarefa de fiscalizar desvios de uso tão dissimulados, a AENDA resolveu instituir o projeto COMBATE AOS ILEGAIS. Elaboramos um formulário padrão para apontamento das irregularidades. O preenchimento desse formulário é feito pelos vendedores e técnicos das empresas associadas que têm por suas próprias funções uma condição administrativa e operacional melhor que a dos fiscais governamentais, além de estarem bem mais atentos às ameaças aos produtos de suas empresas. Ao formulário são juntadas peças comprobatórias das irregularidades ou indícios fortes das mesmas. Esse dossiê é, então, encaminhado para a AENDA, onde advogados examinam para constatar sua consistência. Caso recebam aprovação dos advogados, a entidade encaminha o dossiê para as autoridades. As autoridades é que procederão a uma denúncia formal, caso entendam necessário.

Tratando-se de uma situação de difícil alcance pela rotina das fiscalizações e os produtos apresentando-se travestidos, como já comentado, os agentes fiscais que têm competências bem especificadas podem ser driblado por via de regra. Por essa razão a AENDA resolveu alargar seus esforços e entregar cada dossiê em várias instâncias do Poder Executivo e do Ministério Público, sejam das esferas federais ou estaduais e até municipais. Com essa amplificada abordagem torna-se mais difícil que o grave crime aqui comentado fique impune.

Nosso objetivo é intimidar esses desvios criminosos de usos e não deixar que a vida desses empresários aventureiros seja fácil, pois com a presença deles a atividade das nossas empresas associadas não tem sido.





A primeira e a última porteira

Conheça os resultados e os desafios do Vigiagro, sistema do MAPA para fiscalizar os produtos agropecuários que entram e saem do país

O governo brasileiro tem investido milhões de reais para combater pragas como cancro cítrico e amarelinho que entraram clandestinamente no País. Para impedir a entrada ou a saída de viroses e pragas que afetem a agropecuária brasileira, ou a agropecuária de outros países com os quais o Brasil negocia, portos e aeroportos têm engenheiros agrônomos e fiscais agropecuários trabalhando 24 horas na fiscalização de produtos e de armazéns.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) mantém Superintendências nos estados para este trabalho que é realizado pelo Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do Brasil (Vigiagro).

O Vigiagro é responsável pela fiscalização de produtos importados e exportados de origem animal e vegetal. Seu principal objetivo é garantir que o alimento e a bebida servidos à mesa tenham segurança alimentar para consumo. O Sistema tem um papel fundamental não só para a saúde como também para a economia e para o meio ambiente, pois funciona como primeira e última barreira na importação e exportação de produtos.

José Tadeu de Faria, chefe da divisão técnica da Superintendência Federal da Agricultura, em São Paulo, diz ser a vigilância e a inspeção importantes para garantir a qualidade e a identificação dos produtos internos e externos. “Nosso objetivo é vigiar tudo que está relacionado a atividade agropecuária, no trânsito interestadual como no internacional. Vigiamos aeroportos e portos como Cumbica, Viracopos e Santos. No que tange a agricultura, temos o serviço de Defesa Vegetal e o Sefag que cuida dos fertilizantes, das sementes, mudas e dos agrotóxicos”.

Tadeu explica que o Serviço de Fiscalização Agropecuária (Sefag) inspeciona e fiscaliza os agrotóxicos e os estabelecimentos produtores. “O órgão atua no registro e na fiscalização de empresas prestadoras de serviços, na fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e subprodutos de origem animal”.

Para importar ou exportar produtos é necessária a autorização, uma vez que esta garante a saúde do produto e sua qualidade. Em

casos de coleta de amostra para exame e ou análise laboratorial, registram-se no Termo de Fiscalização e a amostragem é feita nas unidades de inspeção ou em local previamente autorizado pela fiscalização.

Hoje, um dos principais desafios para o Vigiagro é o trabalho de fiscalização de passageiros, especialmente em aeroportos, devido ao grande fluxo e às debilidades de infraestrutura e logística desses locais.

Em 2009, foram fiscalizadas e escaneadas 1,2 milhão de bagagens, esse número reflete somente os passageiros internacionais. No Porto de Santos trabalham 25 fiscais, no de Guarulhos 17 e em Viracopos somente 12. Para atender os municípios de Sorocaba, Ribeirão Preto, Campinas e Rio Preto há nove fiscais. “Temos 63 fiscais, quando o ideal é o dobro disso. Apesar disso, em 2009, fizemos, tanto na importação quanto na exportação, 458.709 fiscalizações”, relata Faria.

O chefe da divisão técnica diz que há grandes perspectivas de abertura de concurso pelo MAPA para preencher esses quadros. É uma grande oportunidade para engenheiros agrônomos, visto que é obrigatória essa formação para ocupar o posto de fiscal. Mesmo com suas deficiências, Faria acredita que o sistema de vigilância fronteiriço brasileiro é bom se comparado ao de outros países.

A rotina da fiscalização nos aeroportos

Os engenheiros agrônomos que atuam como fiscais nos aeroportos possuem um cotidiano atípico e cheio de surpresas. José Mauro Diniz é chefe dos fiscais no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) desde 2007. Ele explica que o trabalho é realizado em duas frentes. No terminal de passageiros, com atendimento ao turista que vem do exterior e com o atendimento ao público no balcão. E nos armazéns de exportação e importação, onde normalmente, são atendidos os intermediários dos exportadores, os despachantes.

Diniz destaca a dificuldade em fiscalizar os mais de 4,5 milhões de passageiros que passam pelo aeroporto de Guarulhos anualmente. “Há entre 10 e 12 mil passageiros por dia no aeroporto para serem fiscalizados. A grande maioria deles se concentra na parte da manhã. Cada passageiro traz, em média, de 3 a 4 malas. É inviável

Produtos apreendidos pelos fiscais no Aeroporto Internacional de Guarulhos

a fiscalização passageiro por passageiro, do ponto de vista físico e logístico. Então, fazemos a fiscalização por amostragem, ou seja, através da 'análise de risco'.

No aeroporto transportam-se pequenas quantidades de produtos que geralmente se tornam futuras grandes exportações. O aeroporto de Guarulhos (SP) conta com uma sala onde é possível identificar a existências de fungos, bactérias e pragas. Essa identificação é feita por meio de uma lupa, de microscópios e outras ferramentas microscópicas especializadas. "Caso exista alguma praga nós encaminhamos uma amostra do produto para um dos laboratórios credenciados que vai fazer o detalhamento e a especificação do tipo da praga. Além disso, todo o material apreendido é incinerado".

Apreensões curiosas

Há histórias pitorescas de apreensões realizadas no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Diniz conta que já viu de tudo, bichos estranhos, passageiros trazendo peixes enrolados nas roupas sem estarem ao menos embrulhados, insetos vivos, dentre outras. Contudo, o fiscal alerta que todas elas podem trazer sérios riscos de saúde para a população.

"Muitos produtos trazidos por passageiros, como grãos e chás, não são industrializados e são cultivados de qualquer forma. Geralmente as pessoas os colocam na mala e entre as roupas achando não serão detectados pelo raio-x", comenta o chefe da fiscalização. E continua. "Certa vez, uma passageira da Coreia desembarcou e notamos que ela estava com os seios muito estufados e a barriga com uma saliência diferente. Chamamos a fiscal da Polícia Federal. Resultado: a mulher trazia no corpo uma quantidade inacreditável de camarões e peixinhos secos".

Há ainda aqueles que "fingem" não entender ou falar nosso idioma, mas quando "pressionados" percebe-se que ele ou ela sabe sim falar o português. "Os turistas trazem de tudo: asa de frango, carne, insetos vivos. Tem embalagens fechadas, e até lacradas, mas quando abrimos é produto vegetal não industrializado", descreve o engenheiro agrônomo.

As reações também são diversas e os fiscais precisam estar preparados para lidar com isto. "Quando a gente começa a fazer a fiscalização e a apreender o produto tem gente que vêm atrás da gente, toma o produto de volta, saem correndo. Outros se deitam no chão e gritam. Há também os que fingem desmaios", conta Diniz com naturalidade.

E tem mais história: "Um cidadão ao ser retido com um saco de feijão, jogou para cima todo o grão, esparramando no recinto o conteúdo do pacote, rindo e esnobando o feito. Chamamos a polícia federal e o mesmo teve que varrer e recolher a sujeira".

A atividade dos fiscais também envolve riscos a sua integridade física e saúde. Constantemente eles aprendem produtos e materiais de risco, como agrotóxicos, produtos biológicos, insetos vivos. Além disso, eles estão sempre em contato com pessoas, por isso já ocorreu casos de contaminação por gripe suína, gripe aviária, dentre outras doenças.

Mesmo com os desafios inerentes à função, Diniz acredita que a atividade é estimulante para o engenheiro agrônomo, visto que presta um grande serviço à sociedade. "Podemos evitar a introdução de uma praga quarentenária, porque se uma praga (o conceito de praga é qualquer doença, vírus, fungo) entrar em nosso país, causa um prejuízo grande a sociedade, em alguns casos chega-se a milhões de reais".



Produção integrada e segurança alimentar

O sistema de Produção Integrada atende as exigências de mercado aumenta a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional

David dos Santos Martins - Eng. Agrônomo e pesquisador do Incaper
Marçal Zuppi - Eng. Agrônomo e consultor da ANDEF

Há uma crescente busca e valorização por alimentos que proporcionem melhorias na qualidade de vida e no bem estar das pessoas, priorizando a saúde humana e o respeito ao meio ambiente. Os reflexos desta tomada de consciência determinam que os sistemas de produção sejam redimensionados para incluir os componentes ambientais e de qualidade de vida com alimentação saudável, através de uma mudança conceitual da ocupação do espaço agrícola e, principalmente, da escolha tecnológica.

O Brasil, tendo em vista a necessidade de aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, implantou o sistema de Produção Integrada como processo de certificação oficial para adequar a sua produção as exigências de mercado. O sistema surgiu na Europa nos anos 70, como uma extensão do manejo integrado de pragas, quando se sentia a necessidade de reduzir o uso de agrotóxicos e era dada mais atenção ao ambiente.

No Brasil, a Produção Integrada iniciou-se em 1998. Primeiramente, no Rio Grande do Sul, por iniciativa dos produtores de maçã, e a partir de 1999, já como programa oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estendeu-se para outras frutas: abacaxi, banana, caju, caqui, citros (laranja e lima ácida), coco, figo, goiaba, mamão, manga, mangaba, maracujá, melão, morango, pêssego e uva vinífera e de mesa. A partir de 2005, com a criação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI) no MAPA, o programa de Produção Integrada expandiu-se ainda mais e passou a contemplar grãos, cereais, olerícolas, flores e a produção animal.

Manejo integrado

A Produção Integrada disciplina e gere as ações e interferências do produtor nos cultivos, permite a segurança do alimento e minimiza as ações de risco ambientais. Além disso, prioriza o uso das Boas Práticas Agrícolas, que é o conjunto de medidas adotadas pelo homem do campo com o objetivo de produzir economicamente alimentos saudáveis e seguros. Entre essas medidas encontram-se as técnicas do manejo integrado de pragas (MIP), que priorizam o uso de métodos naturais, biológicos e biotecnológicos.

As pragas e patógenos devem ser sistematicamente monitoradas e as intervenções de controle só devem ser realizadas após terem atingido um determinado nível de população, incidência,



severidade ou dano, definido como nível de controle. Somente a área atingida com níveis críticos de infestação/infecção deve ser controlada, com produto obrigatoriamente registrado e pertencente à grade de agroquímicos estabelecida para a cultura. Para isso, leva-se em conta a sua eficiência e seletividade aos inimigos naturais, o risco de ocorrência de resistência ao agroquímico, a sua persistência e toxicidade, a dosagem recomendada, o limite máximo de resíduo (LMR) permitido e o seu impacto no meio ambiente.

O controle químico é, então, apenas uma das medidas da Produção Integrada. É importante destacar que os produtos fitossanitários modernos têm maior eficiência agrônômica, além de ser aplicados em menores doses de ingrediente ativo por área, com menor toxicidade e impacto ambiental.

Inovação tecnológica

Quanto à segurança alimentar, ela tem que ser analisada nos seus principais aspectos: acesso ao alimento, a qualidade do alimento e a segurança do alimento para a população. Sem dúvida, a área de maior preocupação é da segurança do alimento, ou seja a produção de alimentos de qualidade e sem resíduos tóxicos. O Brasil está entre os países mais populosos do mundo, cuja população tem aumentado, a cada dia, mesmo que timidamente devido à perversa distribuição de renda que possui, o seu grau de exigência por uma alimentação saudável.

No país, várias entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e do setor da indústria, entre elas a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), vêm decididamente trabalhando para que possíveis equívocos da história no uso incorreto dos defensivos agrícolas não se repitam. O profissional de Ciências Agrárias configura o elo entre esse anseio e a realidade do campo, com objetivos comuns e o firme propósito do uso correto e seguro dos produtos fitossanitários e o aumento da produção brasileira de alimentos.

Este artigo continua na próxima edição, quando analisaremos um exemplo prático da adoção desse sistema, com a bem-sucedida Produção Integrada do Mamão no estado do Espírito Santo.



Agrisus divulga relatório inédito Sobre fósforo no sistema de plantio direto

A Fundação Agrisus está divulgando, através de seu site (www.agrisus.org.br) o relatório dos resultados do Projeto Fósforo, uma pesquisa inédita na história da agropecuária do país.

Foram coletadas amostras de terra das camadas 0/5 cm e 5/10 cm em 1171 locais definidos aleatoriamente nas principais regiões agrícolas do país. A amostragem foi feita pelas equipes da Agroconsult, em parceria com o Projeto Rally da Safra 2009.

As análises feitas nas 2.342 amostras de solo e suas informações complementares, constituem um Banco de Dados com mais de 63 mil itens que foram compilados pela Conplant de Campinas, também responsável pela elaboração do relatório do fósforo.

O Relatório sobre Fósforo informa a existência de uma camada de alto teor de P disponível em grande parte das terras cultivadas com soja e milho em sistema de plantio direto. Essa tecnologia, ao dispensar a incorporação do adubo à terra, estabelece um novo ambiente edáfico para os nutrientes fornecidos às plantas.

O resultados confirmam pesquisa anterior apoiada pela Agrisus, feita em Rio Verde/GO, e explicam também as observações de muitos produtores de que certos solos sob plantio direto pouco reagem à adubação fosfatada.

Os dados das análises indicam solos na maior parte já corrigidos, não mostrando diferença de produtividade da soja entre terras argilosas, médias ou arenosas. Tampouco existem diferenças entre solos com ou sem camada de alto P disponível, o que é explicável pela suficiência da adubação feita nas terras mais pobres.

Os resultados ora divulgados sugerem a importância de observações e experimentos complementares para determinar as situações em que a adubação de P poderá ser limitada à dosagem de arranque, sejam 20/30 kg/ha de P₂O₅ no risco, com redução do custo de produção.

A Fundação Agrisus está convencida de que os estudos, tanto sobre P como sobre K, Ca, Mg e outros, baseados no mencionado Banco de Dados, poderão contribuir para o aperfeiçoamento da já avançada tecnologia da nutrição mineral das culturas de soja e milho no país.



Secretário de Agricultura de SP recebeu do presidente da Agrisus cópia do Relatório Fósforo, em encontro realizado em 19 de janeiro.



FUNDAÇÃO AGRISUS

agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br

Produção de alimentos e preservação ambiental

Eng. Agr. Benedito Eurico das Neves Filho

Desde o advento do Plantio Direto, inicialmente no Paraná, na década de 1970, até os dias de hoje, a agricultura tem experimentado uma gama bastante variada de novos defensivos, máquinas, cultivares, técnicas e insumos diversos, que buscam aliar preservação ambiental e proteção a cultivos, com o objetivo principal de aumentar a produção de alimentos por área plantada. Na grande maioria das vezes, estes avanços tecnológicos tem-se mostrado altamente eficazes e contribuído decisivamente para o incremento da produtividade, notadamente a de grãos.

Atualmente, quando se discute mundialmente temas como aquecimento global, emissão de gases de efeito estufa, escassez de alimentos, aqui no país, temas não menos importantes também ganham espaços nas discussões, como desmatamentos, queimadas, criação de áreas de preservação ambiental nas propriedades rurais e principalmente uso racional da água.

Em 2009, chegou ao Brasil o polímero de origem vegetal Zeba®, rotulado como aliado dos agricultores na preservação e otimização do uso da água e de insumos importantes da atividade agrícola em todos os países onde é comercializado.

Conhecendo Zeba®

Zeba® é um polímero de origem vegetal derivado do mais puro amido de milho e que se destina a absorver, reter e disponibilizar água para as plantas, enquanto preserva fertilizantes, fungicidas e inseticidas de solo (se aplicados juntos com Zeba®), aumentando sua eficácia e aproveitamento pelas plantas.

Este revolucionário produto, quando hidratado, forma em volta das raízes das plantas um "hidrogel" que absorve e libera água, repetidas vezes, com igual eficácia, como se fosse uma "esponja" abaixo da superfície do solo.

Cada partícula de Zeba® retém 500 vezes ou mais seu peso em água (dependendo da granulometria) e libera quase 100% da mesma, sob demanda das raízes das plantas.

Zeba® é considerado um produto ecologicamente correto porque ao final da época de plantio e desenvolvimento inicial das culturas (dependendo de clima e solo) ele é totalmente "devorado" por bactérias do solo, não restando qualquer resíduo químico ou mineral, atuando na função de reter e liberar água.

Características de Zeba®

* À base de amido de milho (88%), não contém nenhum aditivo químico em sua composição.

* Maior capacidade de retenção de água; normalmente 2 vezes maior que produtos similares de origem química (PAMs).

* Gel macio, que não se expande, não aumenta de volume, podendo ser utilizado à seco e hidratado; não expulsa as mudas da cova ou do tubete e nem as sementes das linhas de plantio.

* Libera mais de 95% da água absorvida, sob demanda das raízes, repetidamente.

* Zeba® forma um gel fluido livre de elementos tóxicos e/ou irritantes, naturalmente biodegradável e sem resíduos.

* Desenvolvido para o uso agrícola em parceria com a USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

Benefícios de Zeba®

Com a correta utilização de Zeba®, os agricultores poderão:

- Aumentar a retenção de água no solo, otimizando o uso da mesma e reduzindo a frequência de irrigação.
- Reduzir o estresse da planta causado por déficit hídrico

- Aplicar nas épocas mais chuvosas e conservar os fertilizantes no melhor local à disposição das mudas, aumentando sua eficácia e minimizando sua lixiviação.

- Aumentar o enraizamento e desenvolvimento radicular, criando condições para aumento de produção.

- Reduzir a taxa de mortalidade de plantas, mantendo stand adequado para cada cultura.

- Reduzir o tempo de formação de mudas em viveiros – desenvolvimento e rustificação.

- Manipular um produto seguro, não tóxico e biodegradável.

Formulações disponíveis

Zeba® está disponível em granulometrias que variam de 38 a 2362 microns, mantendo sempre suas características básicas em todas as suas formulações.

A absorção é maior que 500 vezes nos grânulos maiores e maior que 700 vezes nos grânulos menores.

Zeba® na agricultura

As diversas granulometrias de Zeba® permitem diferentes formas de utilizações, em diferentes culturas, com aplicações à seco e hidratada:

- * Em pré-plantio de mudas e sementes
- * Em coberturas de sementes (peletizações)
- * Junto com tratamento de sementes
- * Junto com adubações de plantio
- * Junto com aplicações de defensivos de solos
- * Imersão de raízes (uso de "rocambolé" e plantio de raiz nua)
- * Junto com substratos nos viveiros (nos tubetes e bandejas)

Para maiores informações:

Vetquímica Comercial Agrícola Ltda – Distribuidor para a área florestal

Fone / Fax (19) 37442700 – Campinas – SP
www.vetquimica.com.br

Benedito Eurico das Neves Filho

Fone (19) 96022933
euriconeves@uol.com.br

Bruna de Faria Hermann

Fone (19) 78104940
brunafh@hotmail.com

Renato Ayres Ribeiro

Fone (15) 97280422 rarpesca@superig.com.br

Harriss Morrison

Fone (11) 83092253
harrissm@zeba.com

Nota: Zeba® e o logotipo Zeba® são marcas registradas de Absorbent Technologies Inc. e é comercializado nos EUA, Europa, Coreia, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul, na fruticultura, horticultura, paisagismo e produção de grãos.

Instituto Nacional de processamento de embalagens vazias

Em oito anos de existência, o instituto já recolheu mais de 136 mil toneladas de recipientes usados. E tudo começou aqui na AEASP...

Desde 2002, quando entrou em funcionamento, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) já recolheu mais de 136 mil toneladas de recipientes usados por meio do Sistema de Destinação Final de Embalagens Vazias.

Na década de 1980, quando ainda os agricultores não sabiam o que fazer com os recipientes de agrotóxicos e as embalagens vazias eram enterradas, queimadas e até mesmo jogadas em rios, a Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP) propôs o programa da “tríplice lavagem”, no qual recomendava a correta limpeza das embalagens vazias de agrotóxicos, que consiste no seu esvaziamento, lavagem e perfuração para que não sejam reutilizadas.

“A AEASP foi a pioneira a enfrentar o problema do destino correto das embalagens no mundo, tanto que teve aprovada sua inscrição para apresentar e apresentou o trabalho na Alemanha”, conta Guido José da Costa, presidente da Associação, à época da implantação do projeto e atual diretor do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente e de Planejamento de Santa Rita do Passa Quatro (SP).

Com o auxílio de empresas agrícolas, foi criado um projeto-piloto no município de Guariba, interior de São Paulo. Foi o que abriu o caminho para o surgimento, em 2002, do INPEV.

“Com o fim da fase experimental, as indústrias tiveram que formar uma nova entidade para não confundir com a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) que foi quem custeou todo o projeto piloto. A Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (COPLANA) foi escolhida pela AEASP por ser, “naquele momento, a cooperativa com o melhor sistema de assistência técnica agrônômica”, explica Guido.

Brasil é referência mundial em devolução de embalagens vazias

“O modelo brasileiro de gestão das embalagens vazias de agrotóxicos é referência mundial por destinar 94% do total de embalagens primárias utilizadas no país e 80% do volume total de embalagens comercializadas”, diz João Cesar Rando, engenheiro agrônomo e diretor-presidente do INPEV. “Cerca de 60 países possuem programas semelhantes de descarte de embalagens vazias de defensivos e o Brasil retira mais embalagens do que todos os outros países juntos.”, acrescenta.

Segundo dados do Instituto, de 2002 até o primeiro bimestre de 2010, mais de 140 mil toneladas de embalagens foram retiradas do meio ambiente pelo sistema brasileiro de destinação. Em 2009 foram destinadas 28,7 mil toneladas de embalagens vazias, 18% mais do que o volume retirado do meio ambiente em 2008 (24,4 mil toneladas).

“Atualmente, dezessete artefatos são produzidos a partir da reciclagem das embalagens vazias, dentre eles: conduíte corrugado, caixa para passagem de fiação elétrica, tubo de esgoto, saco plástico para incineração de lixo hospitalar, caixa para bateria automotiva, e cruzeta de poste.”, diz Rando.

Para o presidente do Instituto, o sucesso do projeto se deve a adesão de todos os envolvidos: “A receita para o sucesso, sem dúvida, vem da união de forças de todos os elos da cadeia produtiva entre agricultores, poder público, 83 empresas associadas e os mais de 2.900 distribuidores e cooperativas que participam do programa em 25 Estados”. E continua. “Todos cumprem com suas responsabilidades e o comprometimento é facilmente percebido, principalmente entre os produtores rurais que respondem positivamente às campanhas de conscientização realizadas pelo INPEV em parceria com o Governo Federal”.



Guido José da Costa à direita na foto.

Perspectivas do INPEV

Para Rando, o programa já está em sua maturidade, sendo necessários agora apenas alguns ajustes operacionais. “Otimização, ganho de produtividade e redução dos custos estão sempre na pauta”, diz.

Na área da educação, o Instituto tem como grande desafio formar uma geração de futuros agricultores completamente conscientes da importância e valor da destinação correta das embalagens. “Promover campanhas de conscientização que envolva filhos de agricultores (como o Dia Nacional do Campo Limpo), pois serão os profissionais do futuro que deverão dar continuidade à prática de conservação da natureza para as atuais e futuras gerações”, explica Rando.

Para o INPEV, o maior desafio é o de capturar o valor gerado dentro do sistema e torná-lo auto-sustentável a fim de reduzir, ou até mesmo eliminar, o custo de todos os participantes. “Um passo nesta direção, foi a criação da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A, empresa que produz a EcoPlástica Triex, a partir do plástico coletado, fechando assim o ciclo de gestão do resíduo pós-consumo dentro da própria indústria”.

FAFRAM – Excelência em qualidade de ensino, pesquisa e extensão

Campus da Instituição



Tradição e Qualidade

Em 25 de janeiro de 1971, foi constituída a Fundação Educacional de Ituverava (FE), para gerir, administrar e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava, uma instituição de ensino superior que há mais de trinta anos vem sendo responsável pela formação de professores nas áreas de Matemática, Letras, História, Pedagogia e Administração.

A experiência no ensino superior da FE aliada à necessidade de suporte técnico-científico para sustentar o desenvolvimento agroindustrial da região norte do Estado de São Paulo, uma das mais ricas, diversificadas e avançadas do país no setor, mobilizou os agricultores, pecuaristas e empresários dessa região, que resultou, em 1987, na criação da Faculdade de Agronomia “Dr. Francisco Maeda” – Fafram.

Nesse pequeno período, a Fafram, alinhou-se com as melhores instituições de ensino superior do país, o que pode ser comprovado pelo prestígio conquistados por seus formados no mercado de trabalho, atuando em Instituições Públicas e Privadas.

A Fafram conta com uma Fazenda de Ensino e Pesquisas de 71,13 hectares que os alunos acompanham e desenvolvem projetos de pesquisa, dispõe também de excelente infra-estrutura em salas de aulas teóricas e práticas, em laboratórios didáticos, de pesquisa e de extensão, além de prédios de Departamentos, compreendendo os Núcleos de Conteúdo Básicos, de Conteúdos Essenciais e de Conteúdos Específicos, e uma biblioteca que é bem provida de livros e revistas técnico-científicas especializadas. Para o ensino prático a Faculdade possui um setor de produção e desenvolvimento, localizada numa área de 246,34 hectares, no município de Buritzal.

A Fafram oferece atualmente quatro cursos, Agronomia, Direito, Medicina Veterinária e Sistemas de Informação. O curso de Agronomia, que foi o primeiro oferecido pela Faculdade, alcançou nesses mais de vinte anos, um reconhecimento nacional, como uma instituição com ensino de excelência. Atualmente o curso é avaliado pelo MEC como o melhor do sudeste brasileiro, dentre as faculdades particulares.

A Fafram é dirigida por pessoas sérias e competentes, com larga experiência administrativa e acadêmica. A direção é exercida pelo Professor Doutor Marcio Pereira, professor-doutor pela Esalq-USP, contratado em Regime de Tempo Integral.

O corpo docente da Faculdade é formado por profissionais capacitados, entre doutores, mestres e especialistas, contratados em regime de trabalho compatível com as necessidades dos cursos.

O Engenheiro Agrônomo formado pela Fafram está capacitado a atuar com competência científica, tecnológica e de forma crítica e criativa de modo a atender as necessidades, atuais e futuras, exigidas pelo mercado de trabalho, mantendo preocupação constante com a conservação e equilíbrio do meio ambiente.

O programa didático engloba os conhecimentos básicos, envolve aulas teóricas expositivas, teórico-práticas individuais ou em equipe. As aulas práticas com a função de consolidação do aprendizado teórico são ministradas em Laboratórios Específicos na Faculdade, na Fazenda Experimental e fora dela, em Fazendas Comerciais e Empresas Agropecuárias da Região. A importância desses conhecimentos na formação pessoal do aluno é sempre enfatizada.

Os laboratórios, além de serem usados para aulas práticas, prestam serviços à comunidade, gerando receitas que são revertidas nos próprios laboratórios e em bolsas para alunos que desenvolvem monitoria junto aos professores.

Outras formas, que incluem experimentação, condições de campo e laboratório, consultas à biblioteca, visitas técnicas, entre outras, são utilizadas frequentemente como processo pedagógico. Em sumo o curso de Agronomia da Fafram se preocupa com o conteúdo de nosso futuro profissional, tudo isso aliado à proximidade de professores e coordenadores aos alunos que por vezes se transforma em uma relação de amizade duradoura.

Diretor da Fafram: prof^o dr^o Marcio Pereira



Crédito das fotos: FAFRAM.

Os Pólos Regionais de Pesquisa da APTA

Uma visão moderna no gerenciamento da Pesquisa Paulista

Paulo Rogério Palma de Oliveira, diretor técnico do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (APTA Regional)

A reorganização das antigas Estações Experimentais e Laboratórios de Sanidade Animal e Vegetal pertencentes aos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, ocorrida em 2002, permitiu que novos conceitos de gestão da pesquisa pudessem ser experimentados.

Explicando melhor como foi essa reorganização, verifica-se que a mudança ocorreu através do decreto estadual nº. 46.488, (8/01/2002) onde as antigas estações experimentais e laboratórios (34 Unidades) foram reagrupados em 15 Pólos com a missão de regionalizar a pesquisa, facilitando a difusão dos conhecimentos e mesmo gerando localmente informações nas regiões do Estado mais distantes dos centros (São Paulo e Campinas), tradicionalmente geradores da pesquisa científica paulista.

Destaca-se na atuação dos Pólos Regionais a multidisciplinaridade. Atualmente 2.162 pesquisadores, lotados nos quinze Pólos, atuam em áreas da pesquisa relacionadas com as principais cadeias de produção agropecuárias, envolvendo questões de fitotecnia, zootecnia, aqüicultura e pesca, meio ambiente, economia, e sanidade e agregação de valor. Uma demanda de pesquisa pode ser abordada em diversos aspectos por diversos técnicos simultaneamente, resultando em trabalhos de equipe, onde esforços se somam. Um mesmo trabalho pode ser repetido em regiões diferentes e comparado, formando redes de pesquisa, uma vez que a estrutura permite a integração das equipes.

Cerca de 64% dos pesquisadores das Unidades possuem pós graduação em nível de doutorado. Além do atendimento das demandas de pesquisa, os pesquisadores participam da formação profissional de estagiários e alunos e também de atividades relativas ao gerenciamento de suas Unidades. Muitos cursos técnicos, seminários e dias de campo são realizados anualmente nas Unidades dos Pólos Regionais.

A alta qualificação do corpo técnico e o alto nível das propostas de pesquisa apresentados têm assegurado a captação de recursos junto às agências de fomento e a iniciativa privada. Os pesquisadores também estão envolvidos na geração de recursos, com alienação de resíduos de pesquisas cujos recursos são disponibilizados por meio do Fundo Especial de Despesas, contribuindo assim, para a manutenção e a sustentabilidade das Unidades. Tais ações permitem que se recuperem as estruturas de pesquisa, possibilitando, assim maior acesso aos recursos disponibilizados pelas Agências de Fomento.

Produção

Atualmente há 585 projetos conduzidos pelos pesquisadores dos pólos, sendo a maioria em parceria com pesquisadores das universidades públicas e particulares, dos institutos da APTA e de outras instituições de pesquisa, compondo uma ampla rede articulada de desenvolvimento de projetos que contam com apoio financeiro de agências de fomento e da iniciativa privada.

Os pesquisadores dos institutos, por sua vez, desenvolvem 361 projetos de pesquisa nos Pólos, do total de 1.556 trabalhos em andamento em 2010, ou seja, 23% de seus projetos são conduzidos com pesquisadores dos pólos atuando nas equipes dos institutos. Isso demonstra a forte interação existente entre as instituições da APTA direcionando tecnologia e inovação para atender as necessidades da agropecuária paulista.

Descentralização

A descentralização da pesquisa possibilitando que ela seja gera-



Paulo Rogério Palma de Oliveira

da no local onde há demanda, com a participação de agentes locais e do próprio usuário é uma visão audaciosa com resultados práticos facilmente visíveis. São muitas as ações de pesquisa de interesse regional lideradas por pesquisadores dos Pólos regionais, desenvolvidas nos últimos anos. O modelo de gestão apresentado pelos Pólos permite a integração participativa dos pesquisadores com suas regiões, com o poder público local e regional, com ONGs e outros agentes do desenvolvimento, possibilitando que importantes trabalhos com as comunidades locais possam ser implementados, a exemplo de agricultura orgânica, hortas comunitárias, orientação para cultivo e uso de plantas medicinais, ou mesmo, colaboração na criação e estabelecimento de cooperativas de produtores.

Considerando os avanços atingidos, a maior integração dos Pólos com os Centros de Excelência dos Institutos de Pesquisa estaduais, bem como com as Universidades e outras Instituições de Pesquisa, será determinante para o desenvolvimento da agricultura em regiões menos favorecidas do Estado de São Paulo.

Nomeações:

Glauco Eduardo Pereira Cortez, diretor da AEASP, foi indicado por unanimidade pela Câmara Especializada de Agronomia para integrar a diretoria do CREA-SP. O mesmo se encontra no exercício de diretor administrativo da entidade.

...

O Engenheiro Agrônomo, Diogenes Kassaoka, assumiu em 16 de dezembro de 2009 a diretoria do Instituto de Cooperativismo e Associativismo do Governo do Estado de São Paulo – ICA -, no qual exerce um importante papel em prol da Agricultura paulista, auxiliando a conduzir os produtores rurais de Cooperativas e Associações ao conhecimento e evolução constantes.

Créditos: Divulgação.



Os Engenheiros Agrônomos Diogenes Kassaoka e Glauco Eduardo Cortez

Lançamento

O livro que narra a história dos 90 anos da Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi lançado no dia 12 de abril na Casa das Rosas, em São Paulo, um belo casarão do início do século 20 construído pelo famoso arquiteto Ramos de Azevedo.

Na noite de autógrafos, o presidente da Rural, Cesário Ramalho da Silva, atendeu aos convidados, entre eles estavam autoridades como os secretários estaduais de São Paulo das pastas da Agricultura e Meio Ambiente, respectivamente, João Sampaio (ex-presidente da SRB) e Xico Graziano; parlamentares, como o deputado federal Duarte Nogueira (PSDB); bem como o ex-ministro da Agricultura e também ex-presidente da Rural, Roberto Rodrigues e o presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Hubert Alquéres. Os diretores da AEASP, Nelson Matheus e Luis Bourreau também compareceram. Estiveram presentes, ainda, empresários, produtores rurais, lideranças setoriais, jornalistas, entre outros.

Editado pela Imprensa Oficial, "Sociedade Rural Brasileira – 90 anos" faz um apanhado histórico da atuação da Rural de 1919 a 2009 e resgata textos publicados na revista da entidade.

Crédito: SRB



Da esquerda para a direita: Duarte Nogueira, Cesário Ramalho da Silva, Hubert Alquéres e João Sampaio

Visita



Crédito: Luciana Magalhães.

O presidente da AEASP, Arlei Arnaldo Madeira e o Conselheiro da entidade Aguinaldo Catanoco, receberam o associado, ex-prefeito de Lindóia, Elcio Fiori de Godoy na sede da Associação.

Mais organização e mais comunicação para o agronegócio

Propostas da ABAG para o próximo presidente

Durante o Fórum da Abag, em março, foram apresentados 16 tópicos como ponto de partida para a constituição de uma lista de pleitos do agronegócio aos candidatos a presidência da República. Todos os itens, no entanto, estão relacionados a antigas demandas recorrentes do setor: infraestrutura, o papel do Ministério da Agricultura nas políticas da área, direito a propriedade, meio ambiente, crédito e endividamento agrícola.

Vários nomes importantes do setor falaram sobre estes problemas e a conclusão final a que se chegou é que devido a transversalidade dos assuntos abordados, a cadeia produtiva precisará interagir mais, unir-se mais para formularem em conjunto reivindicações que contemplem os interesses gerais de todos, ou seja, buscar o que é comum.

Lovatelli, conclamou as entidades da área a enviarem suas sugestões e trabalharem juntas para chegar a uma lista final que satisfaça a todos. "Queremos a contribuição de todos, já que cada setor tem a sua agenda e sabemos que não existe um consenso do próprio agronegócio. Nossa intenção é chegar o mais próximo disso", diz o presidente da entidade.

Ciente da importância deste momento, a AEASP aderiu ao chamado e está trabalhando por isto, convocando seus sócios a participar desta discussão.

O contraponto

Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, foi convidado por Lovatelli para fazer considerações a respeito de tudo o que foi apresentado pelos colegas. E ele começou afirmando que 16 itens eram demais, sugeriu reduzir para 12. E ressaltou que o ponto mais importante diz respeito a questão estratégica. Segundo ele, "não basta um MAPA atuante se os demais ministro e órgãos afins não estiverem integrados".

É importante ressaltar a autocritica que o setor fez ao reconhecer que não se comunica bem, o presidente da Abag abre o evento falando em mudar a imagem do agronegócio junto à opinião pública.

O próximo Fórum Abag está programado para agosto, nele serão apresentadas as propostas finais.



Crédito: Abag



MÚTUA-SP

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Referência na prestação de benefícios, atendendo com excelência os profissionais do Crea. Seja você também nosso associado!

0800 770 5558

depoimentos

José Marcelo Guedes

Arquiteto associado desde 16/05/2006

"A Mútua traz uma oportunidade de integração necessária ao profissional. A seriedade da administração atual demonstra a importância dada a todos nós, profissionais da área. Cada serviço oferecido pode ser utilizado por todos — eu mesmo já tive a oportunidade de solicitar benefícios, o que me auxiliou muito. Associe-se você também. Recomendo a Mútua a todos os colegas."



Marcos Teixeira

Engenheiro Civil associado desde 10/08/2006

"Parabenizo a Diretoria e colaboradores da Mútua-SP pelo excelente atendimento, agilidade e serviços prestados, principalmente nos momentos em que precisei solicitar empréstimos, que foram concedidos de maneira simples, rápida e sem as burocracias existentes no mercado. Deixo aqui meu depoimento a todos os profissionais e funcionários do Sistema que ainda não conhecem a Mútua, que associem-se e usufruam dos inúmeros benefícios que ela oferece."



PROFISSIONAL DO CREA, CONHECE A MÚTUA?

A Mútua é a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, criada pelo Confea, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Associe-se à Mútua e aproveite todos os benefícios, convênios e serviços que ela oferece

BENEFÍCIOS REEMBOLSÁVEIS



EquipaBem
Se o seu desempenho e crescimento profissional dependem de livros e equipamentos, esse benefício da Mútua é o caminho



Férias Mais
Hora de relaxar. Fale com a Mútua e... boa viagem!



Apoio Flex
Há momentos em que só a Mútua entende suas necessidades. Peça esse benefício sem precisar comprovar o uso do auxílio



Construa Já
Pensando em construir, reformar ou ampliar sua casa ou escritório? Conte com a Mútua e mãos à obra!



Família Maior
A família está crescendo e as despesas também? A Mútua está ao seu lado em caso de gravidez ou adoção



Educatec
Não pare de crescer! A Mútua dá uma força para a realização de cursos técnicos, graduação, pós-graduação ou especialização



Garante Saúde
Diz o ditado: "O importante é ter saúde". E a Mútua disponibiliza recursos para compra de medicamentos, tratamento médico e odontológico



Ajuda Mútua
Tempos difíceis? Falta temporária de trabalho? Peça ajuda à Mútua



TecnoPrev
Nunca é cedo para pensar no futuro. Conheça a previdência complementar dos profissionais da área tecnológica

O TecnoPrev é administrado pela

BB PREVIDÊNCIA

NOVOS BENEFÍCIOS



Auxílio Veículo
Pegue carona com esse novo benefício



Auxílio Empreendedor
Sonha ser um empreendedor? Conte com a Mútua nesse novo desafio



Auxílio Agrícola
Com esse novo benefício você sempre colhe bons frutos



Benefício Emergencial Mútua
Auxílio para associados vítimas de situações climáticas adversas, como enchentes, desmoronamentos, deslizamentos e outros

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Auxílio Pecuniário
Auxílio ao associado carente de recursos, em evidente necessidade de sobrevivência

Auxílio Funeral
Pagamento de indenização a quem que custear as despesas do funeral

Pecúlio por Morte
Indenização aos beneficiários, em caso de falecimento do associado

SIMULAÇÃO DE REEMBOLSO R\$ 10.000,00

Juros de 0,5% a.m. + INPC (janeiro de 2010)

PRAZO P/ PGTO	PARCELAS			%
	1*	ÚLTIMA	TOTAL	
12 MESES	R\$ 917,42	R\$ 840,34	R\$ 10.546,54	5,46
24 MESES	R\$ 500,75	R\$ 420,17	R\$ 11.051,04	10,51
36 MESES	R\$ 361,86	R\$ 280,11	R\$ 11.555,54	15,55



MÚTUA-SP
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

ASSOCIE-SE JÁ!
0800 770 5558
www.mutua-sp.com.br